

FORMAÇÃO DE EDUCADORES E A CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL: O PAPEL DOS COMITÊS TERRITORIAIS¹

ALBUQUERQUE, Rosevanya Fortunato de²

BRITO, Nazineide³

GOUVEIA, Glauce Keli de O. Cruz⁴

RESUMO

O trabalho apresenta os Comitês Territoriais como um espaço de formação de educadores que colabora na construção de uma política pública de Educação Integral e, ainda, identifica esses Comitês como *locus* de indução de um currículo sintonizado com a perspectiva da educação integral. Os comitês são um espaço de articulação institucional, de caráter consultivo e propositivo, fomentando, articulando e integrando ações intersetoriais envolvidas no processo de construção de uma política pública de educação integral nos diferentes territórios.

Nessa perspectiva, pautado nos referenciais que discutem currículo, educação integral e formação docente (CAVALIERE, 2002; MAMEDE, 2012; MOLL, 2009; PADILHA, 2012; TARDIF, 2002; dentre outros), bem como nos documentos oficiais e publicações do Ministério da Educação que tratam do tema (BRASIL, 2009a, 2009b, 2010, 2014, 2016), o trabalho pretende realizar uma análise sobre as experiências dos Comitês Territoriais de Pernambuco e do Rio Grande do Norte, a partir dos registros escritos e veiculados em pautas, memórias de reuniões e relatórios de pesquisa (2011-2015), caracterizando-se como pesquisa documental.

De forma geral, as análises confirmam que os Comitês têm se constituído como espaço para disseminação, trocas e construção de conhecimentos acerca da prática pedagógica na perspectiva da educação integral. Indicam ainda que seus encontros, marcados por exposições dialogadas com especialistas e relatos de experiências, fomentam uma prática formativa de caráter dialógico, interdisciplinar, crítico e que valoriza a integração de diferentes atores

¹ Uma primeira versão deste artigo foi apresentada no XII Colóquio Nacional de Questões Curriculares, na Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

² PPGECI (UFRPE/FUNDAJ); Comitê Territorial de Políticas Públicas em Educação Integral de Pernambuco (Brasil); vanya.pesquisas@gmail.com

³ Departamento de Educação (UFRN); Comitê Territorial de Educação Integral do Rio Grande do Norte (Brasil); nazibr@uol.com.br

⁴ Comitê Territorial de Políticas Públicas em Educação Integral de Pernambuco (Brasil); glauce.gv@gmail.com

sociais.

Palavras-chave: educação integral, comitês territoriais, formação de educadores.

INTRODUÇÃO

O presente artigo traz para o debate o papel dos Comitês Territoriais de Educação Integral como um espaço privilegiado para o processo de formação de educadores, identificando neles a possibilidade de construção de uma escola sintonizada com a perspectiva da educação integral. Com tal intuito, faremos uso da análise documental, considerando os registros escritos e veiculados nas pautas e memórias de reuniões ampliadas (2011-2015) dos Comitês de Pernambuco e do Rio Grande do Norte, dos quais derivam os dados que serão aqui apresentados e analisados.

Inicialmente, daremos um enfoque na perspectiva de uma educação integral e nos desafios atuais para a consolidação das políticas públicas brasileiras, para, na sequência, determos-nos nas ações dos referidos comitês, traçando perfis e analisando os seus registros para discutirmos as suas contribuições no enfrentamento do desafio da formação de educadores dentro dessa perspectiva da educação integral.

1. Educação Integral e os desafios no atual cenário educacional brasileiro

É perceptível que nas últimas décadas, com a ascensão de governos de tendências mais progressistas e sintonizados com os interesses das classes populares, o ideal de uma escola de qualidade que contemple a formação integral dos sujeitos tem sido paulatinamente apresentado como opção às crianças e jovens que frequentam as escolas públicas brasileiras.

No entanto, é importante considerar que a educação integral, compreendida a partir de diferentes perspectivas, com aspectos comuns e também divergentes, já se faz presente no debate educacional brasileiro desde o início do século XX, especialmente nos anos de 1920, incorporada ao ideal escolanovista, conforme nos aponta Assis e Lago (2015).

Destacamos aqui a tendência enraizada no pensamento e as experiências realizadas pelos educadores Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro ainda nas décadas dos anos de 1950/1960/1980, apontando para a necessidade de ampliação do espaço e do tempo da jornada

escolar, inserindo no currículo conhecimentos e experiências diversificados que aproximem as crianças e os jovens educandos dos saberes comunitários, artístico-culturais, esportivos, dentre outros, de forma a contribuir para uma formação mais plena, instrumentalizando-os para uma participação mais crítica, ativa e, sobretudo, cidadã no mundo (COELHO, 2009; CAVALIERE, 2002).

Na retomada desse debate, a partir dos anos de 2000, amparadas pela Constituição de 1988 – que apresenta a educação como direito de todos, devendo, como é explicitado no Art. 205, visar o “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a cidadania e sua qualificação para o trabalho” (PINTO; WINDT, 1998, p. 108), e, ainda, pela nova Lei de Diretrizes e Bases Nacionais (LDB nº 9.396/96), que contempla a ampliação progressiva da jornada escolar dos estudantes (BRASIL, 1996) –, registramos experiências como o Programa Escola-Bairro em Nova Iguaçu/RJ (2006) e o Programa Escola Integrada em Belo Horizonte/MG (2006), dentre outros.

Inspirados nas referidas experiências e programas, a partir de 2007, o Ministério da Educação (MEC), através da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD)⁵, e com o apoio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), criou o Programa Mais Educação (PME) como uma estratégia indutora para ampliação da jornada escolar e reorganização curricular, garantindo a oferta de atividades socioeducativas no contraturno escolar nas escolas de Educação Básica (BRASIL, 2009a). O programa também pretende possibilitar o fortalecimento na construção de uma política pública de educação integral no País.

Mas a implementação do programa nas escolas tem indicado sinais de que a construção de uma escola fundamentada na perspectiva da educação integral não comunga com a sua atual conformação. Para Moll (2009, p. 13), a perspectiva da educação integral nas escolas públicas deve possibilitar “o direito de aprender associado ao direito à vida, à saúde, à liberdade, ao respeito, à dignidade e a convivência familiar e comunitária”. Nesse contexto, a noção de educação integral vem impregnada da aspiração de formar sujeitos capazes de compreender e de intervir no mundo em que vivem, promovendo o bem comum e a convivência solidária. Também traz, conforme expõe Padilha (2012), a necessidade de “articularmos saberes a partir de projetos integrados e integradores, de ações e parcerias intergeracionais, interterritoriais, intersetoriais e interculturais” (p. 204).

Sendo assim, compreendemos que a implementação de um programa com tal perspectiva expõe a necessidade de uma renovação do desenho da escola que temos. Expõe também a necessidade do enfrentamento de vários desafios, dentre eles, a melhoria da estrutura física, a reorganização curricular, a reorganização da carreira e a valorização do magistério e dos

⁵ Atualmente sob a coordenação da Secretaria de Educação Básica (SEB).

profissionais da educação, a formação dos educadores, a construção de redes de parceiras, dentre outros.

O tema da formação de professores, em especial, tem se constituído em foco de atenção do ponto de vista das políticas e das pesquisas educacionais. Entretanto, de acordo com Mamede (2012), “o desafio de formar professores para a educação integral [...] encontra-se, ainda, como projeto educacional, situado no plano das utopias, pelo menos no que se refere à grande maioria dos municípios brasileiros” (p. 235). Estudos mais recentes indicam que os saberes sobre a educação integral têm ocupado pouco espaço nos cursos de formação inicial e continuada. Mas, em contrapartida, vem se realizando a inserção de educadores em espaços informais de construção e de trocas de saberes, constituídos pelas ações promovidas por Organizações Não Governamentais (ONGs), movimentos sociais, conselhos comunitários, dentre outros.

Segundo Tardif (2002), o saber docente é um “saber plural, formado de diversos saberes, os quais são provenientes das instituições de formação, da formação profissional, dos currículos e da prática cotidiana” (p.54). Na linha desse raciocínio, o autor destaca a existência de quatro tipos de saberes implicados na ação docente: os saberes da formação profissional, os saberes disciplinares, os saberes curriculares e, por fim, os saberes da experiência. Esses saberes, provenientes de fontes diversas, vão sendo construídos, relacionados e mobilizados na medida em que os professores são levados a responderem aos novos desafios do seu fazer pedagógico.

E aqui chamamos a atenção para um aspecto essencial destacado pelo autor e que diz respeito aos processos de socialização como necessários à integração desses saberes à prática docente. Esses processos são desenvolvidos a partir das relações que se estabelecem com outros atores sociais, sejam em espaços formais ou nos espaços informais de formação.

Nesse contexto, destacamos as contribuições que os comitês territoriais de educação integral vêm oferecendo à pauta da formação continuada dos educadores, aqui incluídos não somente os professores, mas também gestores, coordenadores, técnicos, monitores, agentes culturais, dentre outros. E os comitês – como trazem na sua agenda de trabalho momentos de estudos, pesquisas e de interações entre seus diferentes pares (especialmente àqueles que estão no chão da escola) – contribuem na sua instrumentalização para o enfrentamento dos desafios anteriormente elencados.

Na sequência, então, explicitaremos o que são realmente os comitês e apresentaremos as experiências dos Comitês Territoriais de Pernambuco e do Rio Grande do Norte, a partir dos registros escritos e veiculados nas suas respectivas pautas e memórias de reuniões ampliadas (2011-2015), dando destaque especialmente às ações que podem se revelar

significativas para a formação dos educadores.

2. Os Comitês Territoriais e suas ações de formação e articulação para uma educação integral

No Brasil, a implementação das políticas públicas educacionais das duas últimas décadas vem introduzindo no cenário a presença de órgãos colegiados – conselhos, comitês, dentre outros – constituídos por atores sociais e comunitários representativos que participam de forma indireta da gestão da escola pública, a partir de ações de acompanhamento, fiscalização e proposições, contribuindo na realização de uma administração pública mais transparente e democrática. Importante alertar, contudo, que, mesmo diante da visível presença, inexistente uma orientação jurídica única que os regule, havendo, portanto, diferentes perfis de formato, definidos através de documentos legais elaborados pelas próprias instituições que os criam, como é o caso dos comitês que se integram às ações do Programa Mais Educação, do governo federal.

Como indica Nogueira (2013), os Comitês de Educação Integral foram criados a partir da experiência dos Comitês do Escola Aberta, programa do governo federal iniciado em 2004 e voltado para promover atividades de cultura, esporte, lazer e formação profissional, envolvendo as famílias na rotina educacional dos filhos e mantendo as escolas abertas aos finais de semana para a comunidade. A esse respeito, o autor nos lembra que a professora Gesuína Leclerc, na época, analista de políticas sociais do Ministério da Educação, comentou que “o Mais Educação bebe na dinâmica do Escola Aberta, na sua relação com a comunidade, no desafio de ampliar as atividades curriculares com o que está periférico e passa a fazer parte da corrente sanguínea da escola” (NOGUEIRA, 2013).

Segundo o Manual de Operacionalização do Programa Mais Educação (BRASIL, 2014), o comitê se apresenta como um órgão consultivo, assumindo um lugar de articulação entre instituições parceiras da escola. E, nesse espaço, democratizam-se os processos de avaliação na medida em que traz para as discussões diferentes atores sociais relacionados às mais diversas instâncias como: educação, cultura, assistência social, esporte, meio ambiente, profissionais da educação, organizações não governamentais, voluntários, alunos, pais e a própria comunidade. Juntos, esses diferentes órgãos colegiados deverão discutir, definir e acompanhar o desenvolvimento dos programas federais, estaduais e municipais, como também propor políticas públicas que irão favorecer a sociedade em que estão inseridos.

E, de acordo com a Portaria nº 12/2016, no seu Art. 1º, os comitês, caracterizados

como um espaço de articulação institucional, “têm caráter consultivo e propositivo e a finalidade de fomentar, articular e integrar as ações intersetoriais envolvidas com a construção da política pública de educação integral nos territórios” (BRASIL, 2016). Importante considerar que o processo de constituição acontece via adesão dos parceiros, em um trabalho de articulação voluntária e sem verbas de financiamento institucional.

2.1. O Comitê de Políticas Públicas de Pernambuco e suas ações formativas

O Comitê Territorial de Políticas Públicas em Educação Integral de Pernambuco (PE) é constituído por uma equipe de articulação e por representantes das Secretarias Estadual e Municipais de Educação que coordenam o Programa Mais Educação (PME) e as ações integrantes em suas redes de ensino. Esses educadores representam escolas públicas participantes do PME, que na adesão de 2014⁶ estavam localizadas em 184 municípios (o que significa que o PME está presente em 99,5% do total de municípios de Pernambuco).

Destaca-se que o Comitê de Pernambuco, constituído como coletivo em prol da educação integral, desde 2008, trabalha na perspectiva da gestão participativa e se abre a toda instituição, organização e pessoas vinculadas ao fomento da Educação Integral. Dessa forma, também compõem esse coletivo representações das Universidades Federal e Federal Rural de Pernambuco, da Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ) e parceiros intersetoriais da área do esporte, da assistência social e da cultura.

Com coordenação colegiada e organizando-se em três polos, com divisão que acompanha a lógica das sub-regiões do nordeste brasileiro (polo Zona da Mata/Litoral; polo Agreste e polo Sertão), o referido comitê busca relações horizontais e democráticas, de acordo com a identidade e a diversidade dos territórios. Desenvolve ações essencialmente formativas, embasadas em diretrizes que favorecem o regime de colaboração, o trabalho intersetorial e o debate de um currículo voltado para a garantia do direito de desenvolvimento e aprendizagem dos estudantes.

Segundo memórias de encontros, as reuniões sistemáticas abordam temas sugeridos no planejamento coletivo construído a cada início de ano. Nos encontros mensais, que acontecem na sede do comitê, em Recife, com as coordenações da educação integral das secretarias de educação e parceiros, discutem-se questões amplas (pedagógicas e operacionais) da educação

⁶ No ano de 2015 não teve nova adesão do Programa Mais Educação. Dessa forma, no referido ano, as escolas desenvolveram os planos de atividades da adesão de 2014.

integral. Já bimensalmente são realizados os encontros com sedes itinerantes, que agregam representações dos polos para discutir questões locais.

O Comitê de Pernambuco também organiza fóruns de educação integral, que oportunizam aos participantes (integrantes do comitê e outros atores da educação integral) a compreensão e a reflexão crítica e construtiva sobre as perspectivas e os desafios da jornada escolar ampliada. A primeira edição do encontro aconteceu em 2011 sob a égide do tema “Territórios Educativos na Construção de Saberes e Valores”, visando difundir experiências e estudos, promover uma ampla reflexão, provocar novos olhares sobre a produção local e, por fim, fomentar novos investimentos para consolidar o conceito de educação integral em seu caráter necessário – o de repensar o fazer educativo entendendo que a educação deve acontecer para além dos limites da escola.

Em 2013, na segunda edição, promoveu-se o diálogo entre os sujeitos sociais/cogestores da implementação dos programas de educação integral, objetivando fortalecer a institucionalização e efetivação de práticas pedagógicas, curriculares e de gestão da educação integral desenvolvidas nos territórios. Por isso, esse fórum teve como tema: “Ressignificação da Educação Integral como Política Pública”. E, em 2015, aconteceu a terceira edição do fórum e as discussões ocorreram em torno do tema “Educação e Cultura”. Com o debate dessa temática, buscou-se colaborar para a consolidação de uma política pública de educação integral no País que garanta o diálogo com as diversas dimensões da existência materializadas no currículo escolar. Dentre estas, a cultural.

2.2. O Comitê de Educação Integral do Rio Grande do Norte e suas ações formativas

O Comitê Territorial de Educação Integral do Rio Grande do Norte (RN) teve suas atividades iniciadas em 2013, como resultado de uma articulação intersetorial entre a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e as equipes das Secretarias de Educação Municipais e Estadual do RN que se integram às ações do PME e do Programa Relação Escola-Comunidade, no sentido de promover e consolidar uma política pública de educação integral no âmbito do Território do RN. Mais recentemente, estão sendo incorporados representantes das iniciativas culturais e, com isso, a perspectiva é de que o comitê se amplie, com participações de diferentes setores – esportes, saúde, assistência social, dentre outros –, conforme a dinâmica das atividades.

Constituído por representantes das instituições anteriormente elencadas, o comitê se organiza territorialmente a partir de cinco polos de atuação: Caicó, Guamaré, Mossoró, Natal

e Pau dos Ferros, que são compostos por interlocutores desses municípios e das cidades circunvizinhas. É conduzido por uma Coordenação Colegiada escolhida anualmente e por aclamação nas suas reuniões ampliadas - estas são itinerantes e previstas para serem realizadas bimestralmente, tendo como participantes, além dos membros que o constitui, os secretários municipais de educação, técnicos, gestores, professores, coordenadores, monitores do PME e outros agentes sociais que são convidados pelos próprios membros do comitê, especialmente do município que sedia a reunião.

Nessas reuniões se realizam pautas de caráter formativo e técnico, voltadas para o desenvolvimento dos programas federais em execução nas escolas públicas estaduais e municipais do RN. Além disso, as pautas também contemplam estudos/debates acerca de temas relacionados à educação integral, como, por exemplo, currículo integrado, inovação e criatividade na educação básica, diversidade étnico-racial na escola, cenário político e impacto na educação brasileira, dentre outros. Nessas reuniões contou-se com a presença de técnicos dos Ministérios da Educação, da Cultura e dos Esportes, das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, além de professores pesquisadores das universidades, conforme o tema abordado.

Em uma extensão de suas atividades formativas, o comitê – em ação integrada com o Departamento de Educação do Centro de Ensino Superior do Seridó/CERES/UFRN e contando com o apoio do Centro de Educação/CE/UFRN, da UNDIME e das Secretarias Estadual e Municipais de Educação – realizou o *I Encontro Norte-Rio-Grandense de Educação Integral*, visando à criação de um espaço para se refletir e discutir sobre educação integral, tendo como tema central “Políticas públicas de educação integral: desafios e possibilidades”. As Conferências, Mesas Redondas e Mesas Temáticas abordaram temas considerados de extrema qualidade e atualidade para a formação docente. Dentre eles, podemos citar: currículo e trabalho docente na educação integral; artes e cultura na escola; direitos humanos, inclusão e diversidade; esportes, lazer na formação humana; ensino de disciplinas específicas na perspectiva da educação integral; educação midiática e recursos tecnológicos; dentre outros, representando um momento ímpar de formação e de interlocução para o enriquecimento pessoal e profissional dos presentes.

3. A relevância dos Comitês de Educação Integral na formação de educadores: síntese das discussões

Considerando o exposto, torna-se importante refletirmos sobre alguns pontos comuns

relacionados às ações dos referidos comitês, que nos ajudam a dar maior visibilidade ao seu caráter formativo e a perceber esses coletivos como ferramentas sociais em prol da construção de uma política pública de educação integral.

Inicialmente, destacando a heterogeneidade da composição dos dois comitês em tela (diferentes atores e instituições), consideramos a viabilidade não somente dos benefícios que uma aproximação interinstitucional representa, fortalecendo o poder de força em defesa da causa, mas também do acesso ao conhecimento de diferentes enfoques e posições. Cabe pontuar que cada entidade e os atores ali presentes carregam dentro de si as marcas de uma história, de uma perspectiva, de um potencial.

E, nesse contexto, vemos a possibilidade da existência de um diálogo que se realiza na horizontalidade das relações, especialmente quando na tomada das decisões. Assim, vemos a possibilidade da formação de educadores críticos e interativos, capazes de atuarem em um modelo de gestão participativa. E tudo isso, com certeza, reflete nas suas falas, nos seus corpos e nas suas interações, fazendo a diferença e pontuando a existência de singularidades, de jeitos de ser e de pensar diferentes. E isso torna o debate mais complexo e desafiador, no entanto, mais plural e mais democrático.

Por outro lado, entendemos que a presença de momentos para estudos, socializações de experiências e rodas de conversas registradas na agenda das reuniões das coordenações colegiadas e das ampliadas dos dois comitês viabilizam também seu caráter formativo, uma vez que se constitui como um espaço propício para um enriquecimento não somente teórico, mas também (e sobretudo) didático.

As possibilidades de se debruçar sobre os documentos e publicações que embasam o Programa Mais Educação e, ainda, conhecer o fazer cotidiano do outro – seja quando relacionado aos aspectos operacional-financeiros do programa, seja quando relacionado à sua prática organizacional-pedagógica – instrumentalizam os educadores, potencializando seus saberes e, assim, favorecendo a construção de uma proposta política e pedagógica pautada em um conhecimento tecido na experiência com o outro.

Outro aspecto a se destacar diz respeito aos eventos de maiores dimensões, como os fóruns, no caso do Comitê de Pernambuco, e os encontros, no caso do Comitê do Rio Grande do Norte. Esses eventos proporcionam momentos ímpares de atualização, diálogo e construção de frente de lutas em uma dimensão mais macro, o que também contribui para a disseminação de redes de aprendizagem, potencializando as ideias, as ações e a pauta do embate político frente à necessidade de se construir um projeto de educação envolvendo toda a sociedade.

As possibilidades de formação se dão, pois, no trabalho de tessitura das reuniões, dos

fóruns e dos encontros, mas também no exercício da reflexão e do esforço da escrita de artigos, relatórios e livros que registram as reflexões e ações realizadas. Como produto das pesquisas e das experiências socializadas, esses materiais aos poucos estão se constituindo em um acervo significativo de obras com valor histórico e documental para as futuras análises de parte dessa caminhada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o exposto, destaca-se que a construção de um projeto de educação democrático e inclusivo, que vem sendo tecido pelos governos mais progressistas, com destaque para o âmbito federal, condiz com uma perspectiva de educação integral e integrada que envolva não somente as escolas, mas também a sociedade por inteiro.

Contudo, muito ainda tem que ser realizado para a viabilidade desse projeto, necessitando do envolvimento de outros agentes sociais, partilhando responsabilidades e ousando na criação de redes articuladas, especialmente no âmbito de cada território. Nesse sentido, entendemos que os Comitês Territoriais representam esse espaço de encontro, articulação, organização e mobilização, fomentando novas práticas, discursos e atitudes perante a ação do educar para a cidadania.

As análises aqui expostas confirmam que os comitês têm se constituído como um espaço para disseminação, trocas e construção de conhecimentos acerca da prática pedagógica na perspectiva da educação integral, proporcionada seja por exposições dialogadas com especialistas da área, seja através do relato de experiências realizadas no chão da escola, fomentando uma prática formativa de caráter dialógico, interdisciplinar, crítico e que valoriza a integração de diferentes atores sociais. Essa análise também nos aponta para uma efetiva valorização de uma diversidade de saberes, integrando os saberes acadêmicos aos saberes comunitários, artístico-culturais, dentre outros.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Tauã Carvalho de; LAGO, Neuda Alves. **A construção da concepção da escola de dia inteiro**: aproximações entre a escola nova e o programa mais educação. Anais da 37ª Reunião Nacional da ANPEd – 04 a 08 de outubro de 2015, UFSC – Florianópolis.

Disponível em: <<http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT13-3784.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2016.

BRASIL. **Educação integral**: texto-referência para o debate nacional. Brasília: MEC, 2009a. Série Mais Educação.

_____. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário oficial da união**, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

_____. **Manual de Operacionalização do Programa Mais Educação**. Brasília: MEC/SEB/DICEI, 2014.

_____. **Portaria nº 12, de 11 de maio de 2016** - Dispõe sobre os Comitês Territoriais de Educação Integral e dá outras providências. Disponível em: <http://educacaointegral.mec.gov.br/images/pdf/port_12_11052016.pdf>. Acesso em: 16 mai. 2016.

_____. **Programa Mais Educação**: gestão intersetorial no território. Brasília: MEC, 2009b. Série Mais Educação.

CAVALIERE, Ana Maria. Educação Integral: uma nova identidade para a escola brasileira. **Educação e Sociedade**. Campinas, v.23, n.81, p. 247-270, dez. 2002.

MAMEDE, Inês. A integração da universidade para a formação em educação integral. In: MOLL, Jaqueline. (Org.) **Caminhos da educação integral no Brasil**: direito a outros tempos e espaços educativos. Porto Alegre: Penso, 2012.

MOLL, Jaqueline. Um paradigma contemporâneo para a educação integral. **Pátio Revista Pedagógica**. Porto Alegre: Ago/Out 2009: p. 12-15.

_____. (Org.) **Caminhos da educação integral no Brasil**: direito a outros tempos e espaços educativos. Porto Alegre: Penso, 2012.

NOGUEIRA, Pedro Ribeiro. **Comitês ajudam efetivar educação integral nos estados**. São Paulo: Portal Aprendiz, 2013. Disponível em: <<http://portal.aprendiz.uol.com.br/2013/08/27/comites-ajudam-a-efetivar-programa-de-educacao-integral-nos-estados/>>. Acesso em: 20 set. 2016

PADILHA, Roberto. Educação Integral e currículo intertranscultural. In: MOLL, Jaqueline. **Caminhos da educação integral no Brasil**: direito a outros tempos e espaços educativos. Porto Alegre: Penso, 2012.

PINTO, Antonio Luiz de Toledo; WINDT, Márcia Cristina Vaz dos Santos. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 1998.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2002.